

Elísio Estanque

## Capítulo 19

# Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra\*

## Introdução

Desde a Revolução Industrial e ao longo da primeira modernidade as sociedades ocidentais construíram o Estado-nação e promoveram a organização dos mercados e das economias nacionais na base da ideia de progresso e de planeamento, procurando responder à exigência de controlo do futuro e de regulação das expectativas. O crescimento económico do pós-guerra permitiu sustentar um Estado social que favoreceu importantes transformações e conquistas sociais, mas, ao mesmo tempo que procurava programar o futuro, contribuiu, paradoxalmente, para proporcionar uma viragem de paradigma que fez emergir diversas perversões e entropias no sistema, dando lugar a novos protagonistas e movimentos anti-sistémicos que, embora clamando por um «futuro agora», acrescentavam novas incertezas que mais tarde culminaram na «crise do futuro» (Leccardi 2005).

---

\* O presente capítulo baseia-se em resultados da pesquisa *Culturas Juvenis e Participação Cívica: Diferença, Indiferença e Novos Desafios Democráticos*, coordenada por Elísio Estanque e Rui Bebiano e realizada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra entre 2003 e 2006. Projecto financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior, n.º POCTI/SOC/45489/2002. Esta é uma versão adaptada de outros artigos do autor sobre o mesmo tema: «Cultura académica e movimento estudantil em Coimbra», *Têoria e Pesquisa – Revista de Ciências Sociais*, vol. XVI, n.º 2 Julho-Dezembro de 2007, Brasil, UFSCa/SP); e «Jovens, estudantes e 'repúblicas': culturas estudantis e crise do associativismo em Coimbra», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 81, 2008.

*Elísio Estanque*

Foi nesse quadro que a juventude se impôs como categoria social, intimamente associada à expansão do sistema de ensino em todos os seus níveis, incluindo o universitário. Mas, se o acesso à educação e o progressivo aumento da escolaridade levou a um alargamento cada vez maior do período de formação e, portanto, da fase de transição para a vida adulta, tal não implicou uma absoluta homogeneidade entre os jovens. De resto, se o fenómeno juvenil mereceu inicialmente a atenção dos teóricos, assinalando os seus traços convergentes enquanto geração (Manheim 1952), foi, por outro lado, também sublinhada desde cedo a sua heterogeneidade, rejeitando-se, assim, a existência de uma «juventude» enquanto entidade uniforme, tendo ficado célebre a expressão de Bourdieu «la jeunesse n'est qu'un mot». Quer em termos sociais mais gerais quer no caso da juventude universitária, os pontos de aproximação ou de clivagem entre diferentes segmentos juvenis não devem, porém, ser considerados em absoluto.

Dependendo do nível de análise adoptado e do próprio objecto de estudo, será sempre possível observar tanto convergências como divergências no seio de uma dada população ou numa mesma camada geracional. A própria mudança social em curso nas últimas décadas tem obrigado a rejeitar não só o critério etário – que de resto a sociologia sempre recusou – mas até a ideia de «transição para a vida adulta», isto é, de um período instável associado a uma semidependência (ou semiautonomia) correspondente a uma fase da trajectória evolutiva entre a família de origem e a de chegada, tem sido objecto de discussão e é hoje questionada pela maioria dos sociólogos (Leccardi 2005; Pais *et al.* 2005).

É certo que, no caso particular da juventude universitária, a suposta homogeneidade pareceu facilmente sustentável, sobretudo enquanto o acesso a este nível de ensino foi exclusivo das elites. Todavia, também a análise deste segmento – especialmente com a chegada de novos contingentes de jovens das mais diversas proveniências sociais – requer novas reformulações conceptuais que permitam um melhor ajustamento ao carácter mais complexo e heterogéneo deste segmento, antes de mais por se ter tornado desadequada a ideia de que a frequência do ensino universitário prenunciaria o acesso, no passo seguinte, a uma situação profissional cujo *status* seria compatível com o título académico «superior». Ao mesmo tempo, importa realçar que as vivências do percurso universitário são, como sempre foram, diferenciadas. Ainda que hoje se possa falar de uma universidade «massificada», continuam presentes segmentos particulares de estudantes cujas práticas, subjectividades e orientações se pautam por padrões de vida e valores alternativos, distintos da maioria (e internamente diversificados).

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

Para alguns sectores estudantis não é tanto a aprendizagem adquirida em bibliotecas e salas de aula, mas sim as experiências adquiridas fora da instituição e em torno dela, que mais claramente irrigaram as suas potencialidades formativas, criativas e subversivas. É provável que as modalidades clássicas de «boémia» e «tertúlia» estejam em vias de extinção ou a sofrer profundas alterações. Mas, até pelo simbolismo que transportam, vale a pena tê-las em conta a este propósito. O estilo de vida *boémio* que floresceu em torno dos principais centros urbanos a partir do século XIX (Murger 1888)<sup>1</sup> com as suas conotações com a vagabundagem, a errância, o descomprometimento e a irreverência ou, por exemplo, a cultura do *riso carnavalesco*, a imagem subversiva do *corpo grotesco*, das celebrações populares da época renascentista, projectadas na apologia da algazarra, do consumo de álcool e da promiscuidade sexual (Bakhtin 1999),<sup>2</sup> ilustram alguns contornos dos ambientes estudantis que ao longo da Idade Média germinaram nas antigas «Nações», nos *pubs* e *taverns* das cidades universitárias da Europa (Moulin 1994).

No caso de Coimbra, as Repúblicas estudantis, com as suas formas alternativas de organização, de convívio, festa e de encontro com o desconhecido deram igualmente expressão a esse modo de vida. Por isso constituem uma dimensão importante na análise do universo estudantil, quer

<sup>1</sup> Henri Murger contribuiu para popularizar a noção de boémia no sentido moderno a partir da peça *Bobèmes du Quartier Latin* (1849), que mais tarde deu origem ao ensaio aqui citado (no original *Scènes da la Vie de Bobème*). Os primeiros «boémios» remontarão à Grécia clássica e referem-se a figuras famintas e erráticas, também associadas a ladrões e vagabundos, que circulavam por regiões abastadas e hospitaleiras pedindo pão, cantando e tocando lira em dedicação a Helena e à queda de Tróia. Na Paris do século XIX, o termo ganhou adesão por referência à presença de estrangeiros nómadas na cidade, aparentemente de etnia cigana, que por ela circulavam sem rumo certo e que inicialmente se julgava serem oriundos da região da Boémia (situada na actual República Checa). Por analogia, o fenómeno deu origem a um movimento que viria a contagiar diversos artistas e intelectuais da época, tais como Charles Baudelaire, Gustave Coubert, Paul Verlaine, Rimbaud, Zola, Balzac, etc. Mas, segundo Murger, em todas as eras e em diferentes ambientes sempre existiram boémios que circularam nos meios artísticos e literários. O próprio autor foi membro de um clube parisiense, autodesignado «Os bebedores de água», dada a escassez de dinheiro para consumirem vinho, a bebida tradicionalmente associada a estes meios.

<sup>2</sup> Os estudos deste autor inspiraram-se na obra de Rabelais que retratou sagazmente o espírito satírico e burlesco das culturas populares da Europa do século XV, olhando sobretudo o lado perverso e desconstrutivo da desordem, por oposição à moral dominante. O «corpo baixo» da impureza, da desproporção, está em oposição ao «corpo clássico», que é estético, bonito, simétrico. A cultura do carnavalesco invoca, por um lado, uma visão do mundo que remete para a possibilidade de um segundo nascimento a partir do espírito do riso e, por outro lado, enaltece a celebração festiva e a morfologia do «extraordinário» da cultura que corrói as instituições (Bakhtin 1999).

*Elísio Estanque*

para captar formas específicas da cultura académica quer para ajudar a traçar a diversidade de lógicas e comportamentos que compõem, ainda hoje, a população universitária da cidade.

É evidente nos dias que correm a enorme diversidade social entre a população universitária, inscrevendo-se a sua recomposição num processo de redefinição da estratificação social dos estudantes, dada a presença crescente de filhos das classes trabalhadores e o aumento da oferta (e procura) dos cursos de pós-graduação. Uma redefinição que acompanha as actuais tendências de fluidez e de imprevisibilidade, inscrevendo-se portanto a vivência do presente em percursos e trajectórias pessoais cada vez mais incertos. A própria ideia de projecto como antecipação de um futuro distante parece deparar-se com lógicas e subjectividades que a recusam, aparentemente por se inserirem em biografias de novo tipo, desvinculadas da noção de projecto e marcadas pela experimentação e pelo nomadismo. Segundo Melucci, os «nómadas do presente» não perseguem um objectivo, antes avançam envoltos no provisório, rodeando lugares não conectados, passando por estações singulares das suas biografias e experimentando sucessivas aplicações de recursos e talentos em que o sucesso possível depende mais da própria mobilidade e procura do que da acomodação a uma meta previamente estabelecida (Melucci 1998).

As tendências de fragmentação, de individualização e desligamento social, de diluição dos velhos laços colectivos, da comunidade, da família, etc., recolocam em novos moldes o processo – hoje amplamente aceite – de prolongamento do estatuto de «jovem», e conseqüente adiamento ou talvez recusa da condição de «adulto». Perante o panorama geral de divórcio dos cidadãos face ao sistema político democrático e de relativo esvaziamento da esfera pública, as possibilidades de ancoragem e de partilha colectiva das experiências vividas pelos jovens ao longo das suas trajectórias (em espaços de sociabilidade e estruturas organizadas, incluindo as instituições sociais e políticas) vêm-se, assim, fortemente constringidas. Por outro lado, quer as trajectórias fragmentadas, quer as metamorfoses que têm atingido os sistemas de emprego têm igualmente condicionado o aparente distanciamento dos jovens face aos movimentos sociais e associativos. As transições múltiplas deixaram de ser uma sucessão linear de etapas até à vida adulta, podendo as trajectórias biográficas tornar-se reversíveis, e em larga medida aleatórias, com milhares de jovens deambulando num vaivém entre o sistema de ensino e o emprego ou «biscate» precário, numa espécie de «geração 'Iô-Iô'», como notou J. Machado Pais (Pais *et al.* 2005).

Nestas circunstâncias, aquilo que comumente é tomado por individualismo, ainda que objectivamente se constate o afastamento ou indi-

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

ferença dos jovens perante a acção política e associativa, não pode deixar de ser situado no seu devido contexto. A erosão de diversos marcos de referência que prevaleciam em gerações passadas, tanto na relação familiar e no percurso escolar como nos processos de socialização política repercutiu-se, naturalmente, no plano cultural e ideológico que no passado não muito longínquo serviram de fio condutor a diversos sectores estudantis, mais ou menos politizados, mais ou menos familiarizados com os meios culturais e as atmosferas de rebeldia académica (Estanque e Bebiano 2007; Cardina 2008).

## Coimbra: a irreverência e as Repúblicas

Com mais de 700 anos de história, a Universidade de Coimbra (UC) foi, à semelhança de outras universidades europeias, uma instituição fundamental na formação das elites políticas, culturais e intelectuais do país. Para além dos conhecimentos transmitidos e da importância formal dos títulos académicos, a frequência da mais antiga e prestigiada universidade do país era, por si só, um garante de prerrogativas distintivas e de um elevado *status*. O peso da história, juntamente com a estreita imbricação entre a universidade e a cidade, contribuiu para construir ao longo do tempo uma identidade particular, fortemente devedora da presença estudantil e do saber académico: a cidade universitária. Seria redundante recordar aqui os atributos históricos que fizeram da «Lusa Atenas» uma das cidades mais glorificadas e cantadas por poetas e escritores de todas as épocas. Camões, Eça, Garrett e Antero são apenas alguns dos nomes que nela deixaram as suas marcas, e que dão sentido à afirmação de Miguel Torga de que «não houve no nosso país revolução política ou movimento cultural que não encontrasse entre os estudantes de Coimbra apoio ou reflexo» (*apud* Fortuna e Peixoto 2002, 28). Apesar da relação entre a cidade e a universidade nem sempre ter sido fácil – inclusive com momentos de grande tensão como aconteceu na sequência da destruição da «Alta» pelo governo de Salazar para nela instalar a «nova» universidade (Torgal 1999) –, a cidade continua a ver-se a si própria como «centro universitário» e os seus elementos identitários e representativos permanecem «intimamente ligados à mesma fonte: a Universidade» (Fortuna e Peixoto 2002, 29).

A história da Universidade de Coimbra é bem um exemplo de como uma tradição ritualista, reprodutora de hierarquias bem vincadas e de critérios selectivos fortemente elitistas pode conviver com formas de conduta e modos de vida marcados pela rebeldia e pelo sentido transgres-

*Elísio Estanque*

sivo.<sup>3</sup> O estilo de vida «boémio» aplica-se sem dúvida ao meio estudantil de Coimbra, onde nunca faltaram exemplos e condições de florescimento de tais atmosferas, em especial devido à presença dos estudantes. Ao longo do século XIX, sob o efeito das tendências europeias, as ideias progressistas e o debate público, se bem que muito circunscrito, tiveram algum eco no meio estudantil (Lima 1906).<sup>4</sup> Diversos grupos reunidos regularmente em cafés, tabernas e ambientes de «tertúlia» – contagiados pelos ideais republicanos e socialistas – travaram animados debates sobre os problemas da universidade e do país, estimulados pelo espírito crítico e progressista, perseguindo a ideia de modernidade que grassava na Europa de então e que a academia e o poder dos «lentes» rejeitavam.<sup>5</sup> Algumas figuras populares de épocas distintas – como o Agostinho Antunes, o Pantaleão, o Pad Zé, o Castelão de Almeida, o Taxeira, entre outros – tornaram-se lendárias precisamente devido à sua proximidade com o meio estudantil, sendo de certo modo apropriados e erigidos em ícones dessa «academia paralela» que animava os ambientes boémios e contestatários de Coimbra. As «tertúlias» em cafés, tabernas e bordéis permitiam todo o tipo de misturas, incluindo diversas formas de expressão artística e musical, onde as baladas e o dedilhar de uma guitarra animavam ambientes de excesso, de consumo de álcool e de intercâmbio sexual. Mas, embora sendo espaços interclassistas, de diversidade e de encontro, eram restritos a um mundo masculino e marcado pela virilidade.

<sup>3</sup> Deve porém reconhecer-se que os processos de mudança das últimas décadas têm evidenciado uma crescente adaptação do ritualismo festivo aos ditames do mercantilismo consumista, com o correspondente afastamento ou indiferença da maioria dos estudantes face ao sentido de contestação colectiva de outras épocas. Mesmo a última onda de protestos com algum significado, a luta «antipropinas» dos anos 90, já denunciava essa tendência, tendo ficado claro o relativo isolamento entre os sectores mais activos – notoriamente minoritários – e a generalidade da massa estudantil (Drago 2004).

<sup>4</sup> Esta monografia, de há cerca de 100 anos, mostra como a Coimbra da época era recordada não apenas pela universidade mas por tudo aquilo que a rodeia e, sobretudo, pela sua boémia e pelas suas tabernas, pela «lírca do choupal, a floresta divina, a paisagem vasta e melancólica do Penedo da Saudade, o horizonte largo e os ambientes rústicos e verdejantes do Penedo da Meditação, as ceias da Tia Camela, os debates e récitas do extinto Teatro Académico, a Lapa dos Esteios, o Magrinho e os seus acepipes em cubículos de lona, e as iscas inexcedidas do inexcedível Julião...» (Lima 1906).

<sup>5</sup> Foi neste ambiente que surgiram figuras de renome dos meios intelectuais portugueses. Alguns deles, como Antero de Quental, José Fontana, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Eça de Queirós, entres outros, integraram a chamada «geração de 70», que colocou em causa os paradigmas de conhecimento que dominavam a universidade (a chamada *Questão Coimbrã*), criticando abertamente a situação de atraso do país, discutindo e questionando inúmeros assuntos, da literatura à ciência e à política, quer no contexto de Coimbra, quer mais tarde em Lisboa com as Conferências do Casino, com as quais chamaram a atenção do país.

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

É neste contexto que tanto os movimentos e protestos como a indiferença da juventude universitária de Coimbra deverão ser pensados na sua relação com o ritualismo e a tradição. A afirmação da identidade local – composta de múltiplos cruzamentos e ambivalências entre «universidade», «academia» e «cidade» – é, ela própria, constantemente readaptada através da permanente releitura e reconstrução do seu tradicionalismo e da sua história.

Assim, as festas estudantis, o uso do traje e a *praxe académica*<sup>6</sup> inscrevem-se naturalmente na identidade da academia e na sua história. A aura de prestígio da universidade e a centralidade que ocupou na sociedade portuguesa ao longo dos tempos não são alheios à sua estreita ligação ao poder eclesiástico, que a fundou e durante séculos a controlou. O poder académico promoveu um conjunto de códigos e rituais tendentes a afirmar e reproduzir o estatuto de superioridade instituído pelo saber legítimo. Nessa medida, a simbologia distintiva que os estudantes reproduzem através dos seus inúmeros códigos, ritos e provas aplicadas aos mais novos, é alimentada pela instituição através dos seus próprios rituais de passagem que marcam os momentos de transição entre as diferentes etapas da carreira académica. Além de celebrações públicas, assumem-se como actos de «sacralização» e ostentação, vincando desse modo as hierarquias de poder.

<sup>6</sup> No artigo 1.º do Código da Praxe, esta é definida como «o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da Universidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos». Mas, uma definição tão vaga suscita controvérsias. Podem distinguir-se três visões distintas da praxe coimbrã: 1 – *visão tradicional* – «A Praxe Académica é um conjunto de tradições geradas entre estudantes universitários e que há séculos vêm a ser transmitidas de geração em geração. É um *modus vivendi* característico dos estudantes e que enriquece a cultura lusitana com tradições criadas e desenvolvidas pelos que nos antecederam no uso da Capa e Batina. A Praxe Académica é cultura herdada que nos compete a nós preservar e transmitir às próximas gerações. [...] A função educativa também está presente na Praxe Académica. A sanção de rapar um caloiro quando apanhado na rua a partir de certas horas tem origem na intenção de o obrigar a estudar» (PRAXE 2008a); 2 – *visão crítica* – «A praxe tem-se vindo a desenvolver e a crescer sem controlo ou limite [...], em que já ninguém sabe como agir para retomar a 'boa e velha praxe'. [...] O aluno caloiro suporta a praxe porque tem a ideia de que num futuro próximo vai poder exercer esse mesmo 'poder' [...], é tudo uma questão de poder psicológico, o aluno mais velho sente e pensa que é mais que os novos alunos, pensa que é mais importante, e é através dessa exposição de força e poder que mostra aos outros o quanto ele vale no acto de praxar»; 3 – *visão moderada* – «A praxe coimbrã é a única no país verdadeiramente democrática e regulamentada, com direitos e deveres a terem de ser respeitados por todos. Quem não concordar com ela, tem o direito a escolher se se submete ou não. Declarando-se antipraxe, o estudante perde alguns direitos, mas não é ostracizado, não fica isolado dos seus colegas, nem perde a oportunidade de fazer amigos. Submetendo-se à praxe, o caloiro integra-se muito mais depressa na vida de Coimbra e na sua nova etapa como estudante universitário» (PRAXE 2008b).

*Elísio Estanque*

O traje académico, com os seus diferentes adornos, cores, insígnias, mas também os títulos, os anéis de curso, a existência de padrinhos e tutores, etc., funcionam também como elementos classificativos e códigos de conduta que impõem diversas formas de demarcação social. A hierarquia e a necessidade de exibi-la simbolizaram ao longo da história a imagem dos sectores privilegiados da sociedade e, por consequência, de dominação sobre os que deles dependem. A *praxe* aplicada aos novatos tem sido repetidamente objecto de controvérsia, sobretudo devido à violência que a acompanhou através dos tempos.<sup>7</sup> E justamente porque continua hoje a ser um tema controverso, interessa perceber as suas contradições a fim de compreender os posicionamentos da população estudantil em relação às actividades da *praxe* (o que adiante procurarei mostrar). Assim, os julgamentos, as trupes, os rapanços, as touradas, onde os novatos eram o alvo da chacota, foram constantemente recriados e reinvestidos de lógicas próprias de cada contexto histórico. De resto, tais práticas não são historicamente um exclusivo da universidade e dos colégios de ensino superior, antes fizeram parte da instituição escolar no seu conjunto, onde as colectividades jovens, celibatárias e masculinas promoviam e recriavam os seus códigos de conduta, submetendo os mais novos e recém-chegados à autoridade dos mais velhos. Acresce que a violência foi, ao longo de muito tempo e sob diversas formas – como o uso da régua, da colher de pau ou do ponteiro – considerada como um ingrediente fundamental da educação e da instituição escolar no seu todo, ou seja, educação, civilidade, vigilância e disciplina estão intimamente ligados.

As casas comunitárias de habitação estudantil – as conhecidas Repúblicas<sup>8</sup> – constituem espaços de convívio e formas particulares de auto-gestão que, não obstante o escasso número de estudantes que albergam

<sup>7</sup> A componente de violência sempre foi acompanhada de contestação dos «abusos». Assim, por exemplo, os castigos sobre os mais novos, à mistura com brigas por questões de honra e hierarquia, com os canelões e as investidas, acções que eram praticadas em Coimbra já no século XVIII, deram lugar a alguns tumultos e vozes críticas contra os que incomodavam os *novatos*, levando, por exemplo, o rei D. João V a decretar em 1727 a suspensão desses rituais, devido a mortais investidas contra os novatos perante a quase impunidade dos universitários: «Hey por bem e mando que todo e qualquer estudante que por obra ou palavra ofender a outros com o pretexto de novato, ainda que seja levemente, lhe sejam riscados os cursos» (Lamy 1990).

<sup>8</sup> Estas residências têm uma origem remota e difícil de situar com exactidão, mas supõe-se que as primeiras casas destinadas a serem ocupadas por grupos de estudantes terão sido construídas no início do século XIV pelo rei D. Dinis na zona de Almedina. Uma medida que deverá ter alguma relação com a existência das «Nações», igualmente residências colectivas de estudantes (e em alguns casos também dos seus mestres) que proliferaram na Idade Média pelos pólos universitários europeus (Moulin 1994).



*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

e de estarem hoje em dia a sofrer uma crise de procura, pela sua história e significado mereceram ser contempladas no estudo que dá suporte empírico ao presente texto. Em diversos momentos de maior intensidade das lutas académicas, elas tiveram um papel preponderante e, como se mostrará adiante, continuam a ser um segmento que, apesar de minoritário, se mostra particularmente activo e politizado, contrastando com a restante massa estudantil. Enquanto lugares de informalidade e de partilha comunitária por parte de jovens com instrução superior, elas terão propiciado a germinação, em diferentes épocas, de sentimentos de rebeldia e ideais de mudança e de progresso, em ruptura com as convenções vigentes e os poderes oficiais (Bebiano e Cruzeiro 2006).

Numa época de riscos globais, como a presente, a incerteza ganhou um alcance universal e por isso deixou de ser entendida como governável a partir de uma qualquer racionalidade instrumental. A colonização do futuro projectado pelo presente, como se de um destino imponente se tratasse, tornou-se, nos planos individual, político e social num cenário pintado de tintas foscas. Uma ideia de futuro que a actual juventude, ao contrário das gerações precedentes, não consegue antever nem porventura deseja perscrutar. Porque a construção subjectiva do futuro, alimentada por experiências – próprias ou alheias – de frustração e descompensação, além de contornos obscuros e indefinidos, é rodeada de sentimentos difusos de alarme e de insegurança. Onde os «novos» movimentos sociais dos anos 60 e 70 viam a possibilidade de uma «terra prometida», as sociabilidades estudantis de inícios do século XXI desenham-se sob horizontes sombrios. As viragens ainda em curso no sistema universitário, na esfera política e no campo do emprego estão a marcar profundamente a actual geração, acentuando essas perplexidades.

Antes ainda de apresentar e analisar os resultados do inquérito aplicado aos estudantes, vale a pena uma breve nota sobre a questão feminina. Na verdade, a presença hoje francamente maioritária de mulheres entre a população universitária parece evidenciar cada vez mais o claro contraste entre essa realidade e a predominância de um universo estudantil onde continua a prevalecer, em todos os domínios da vida académica, a força do poder masculino. Isto, apesar de Coimbra e a sua universidade terem sido palco de importantes debates em torno do fenómeno, ou seja, de ter sido aqui desencadeado um dos primeiros movimentos de questionamento do lugar da mulher na sociedade, com a publicação no jornal académico *Via Latina*, em 1961, da «Carta a uma jovem portuguesa», um texto anónimo que transcendeu o meio estudantil e o âmbito local. Apesar de o peso demográfico das raparigas ter vindo a crescer de forma

*Elísio Estanque*

constante desde meados do século XX<sup>9</sup> e da importância de figuras femininas entre os grupos de activistas dos anos 60, a presença de mulheres nos lugares dirigentes das estruturas associativas tem sido escassa e, na generalidade dos casos, mesmo quando elas estão presentes, continuam a ser os rapazes a monopolizar o protagonismo. Por outro lado, nos rituais académicos e nas práticas da praxe persistem os códigos, as linguagens e os comportamentos marcados pela mesma masculinidade herdada do passado, sendo raros os exemplos de resistência e de denúncia dessa mesma lógica, de resto reproduzida e alimentada de igual modo por rapazes e raparigas.

## Orientações perante a vida em sociedade

As orientações perante a vida social e pessoal são aqui abordadas recorrendo a uma tipologia que já foi utilizada em estudos anteriores sobre as atitudes estudantis (Estanque e Nunes 2003). Este modelo fundamenta-se teoricamente na combinação de quatro princípios ou orientações subjectivas que podem articular-se de diferentes modos, segundo dois eixos: no primeiro contrapõe-se o princípio do investimento no indivíduo *vs.* investimento no colectivo; e no segundo contrapõe-se o princípio do investimento no dia-a-dia *vs.* o investimento no longo ou médio prazo.<sup>10</sup>

No quadro 19.1 são comparados os resultados de dois questionários (o primeiro realizado em 2000, e o segundo em 2006), o que nos permite observar diversas evoluções no campo nas orientações subjectivas dos estudantes ao longo desse período. Em primeiro lugar, fica claro que as atitudes estudantis se reorientaram hoje mais num sentido individualista do que seis anos antes. Isto é, enquanto em 2000 a maioria dos inquiridos

<sup>9</sup> Desde a década de 1950 a presença de raparigas na UC aumentou de 29% no ano de 1951-1952, para 40% em 1961-1961, tendo atingido os 45% em 1968-1969 e os 50% em 1973-1974. Em 2004-2005 o peso das mulheres situou-se nos 54,4% (cf. Estanque e Bebian 2007, 50 e 95).

<sup>10</sup> Uma vez cruzadas, estas dimensões dão lugar a quatro orientações subjectivas perante a vida e a sociedade: 1) um modelo de *quotidiano autocentrado*, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano e aos interesses individuais; 2) um modelo de *projecto sociocentrado*, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do envolvimento social e do interesse colectivo; 3) um modelo de *projecto autocentrado*, ou seja, um modelo centrado num projecto futuro, com primazia do interesse individual; 4) um modelo de *quotidiano sociocentrado*, ou seja, um modelo que dá primazia ao quotidiano com envolvimento social e colectiva.

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra***Quadro 19.1 – Atitudes perante a vida e a sociedade, segundo o sexo (%)**

	Quotidiano autocentrado		Quotidiano sociocentrado		Projecto autocentrado		Projecto sociocentrado	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
<b>Mulheres</b>	7,4	10,7	<b>36,2</b>	24,9	22,0	<b>38,4</b>	34,4	26,1
<b>Homens</b>	13,1	20,5	27,8	17,1	27,8	30,7	<b>31,4</b>	<b>31,7</b>
<b>Total</b>	9,3	14,1	33,4	22,1	23,9	35,7	33,4	28,1

Fonte: Inquéritos aos Estudantes da UC (2000 e 2006), Centro de Estudos Sociais.

revelou uma preferência pelas opções sociocentradas, fosse no quotidiano (33,3%) fosse no projecto (32,7%), na actualidade essas tendências surgem em parte invertidas. Em geral, os resultados de 2006 continuam a revelar uma ligeira maioria de respostas de orientação «sociocentrada» (50,2%, somando as variantes «projecto» e «quotidiano») sobre as de orientação «autocentrada» (que somam 49,8%), se bem que agora haja um quase equilíbrio em comparação com os resultados anteriores, que revelaram um claro desequilíbrio a favor das opções «sociocentradas» (66% contra 34%). De facto, no último inquérito aumentaram significativamente as opções conotadas com atitudes autocentradas, seja na vertente «projecto» (35,7% em 2006 contra 24,7% em 2000), seja na vertente «quotidiano» (14% em 2006 contra 9,4% em 2000). No entanto, o *projecto sociocentrado* surge na actual geração como o segundo item mais escolhido (28,1%), logo a seguir ao *projecto autocentrado* que é o primeiro (35,7%), aparecendo em terceiro lugar a opção *quotidiano sociocentrado* (22,1%) e em quarto lugar o *quotidiano autocentrado* (14%). Isto significa que, apesar do aumento do número daqueles que revelam orientações autocentradas, estas só aparecem maioritárias (maioria relativa) na variante «projecto» e não na variante «quotidiano».

Estes resultados reflectem, entre outras coisas, o efeito do aumento das dificuldades no acesso ao emprego. Ou seja, a pressão do mercado de trabalho e o desemprego de licenciados parecem resultar num maior investimento na defesa do interesse individual, tanto no imediato como no médio ou longo prazo. Por outro lado, a persistência dos rapazes no *projecto sociocentrado* prende-se aparentemente com a sua participação mais assídua nas estruturas organizativas da sociedade e no movimento estudantil (como adiante se verá), o que sem dúvida contribui para reforçar o sentido de partilha e o envolvimento social dos jovens na construção do futuro colectivo.

*Elísio Estanque*

## Práticas e opiniões sobre o associativismo

A análise dos resultados directamente relacionadas com o movimento estudantil permite perceber mais em detalhe as dificuldades de participação associativa da geração actual dos estudantes de Coimbra. Efectivamente, tanto no que respeita às práticas como às atitudes perante a estrutura dirigente (AAC – Associação Académica de Coimbra), ou ainda em relação às expectativas e prioridades acerca dos objectivos de luta a merecerem prioridade assumem-se aqui como dimensões interessantes de análise.

Como se sabe, a escassa participação cívica e associativa dos portugueses é uma realidade que nas últimas décadas se tem vindo a agravar. Apesar de se verificarem ainda níveis assinaláveis de filiação associativa no nosso país, segundo estudos recentes, houve uma quebra clara na última década do século passado: de 34% de filiação associativa, em 1990, passou a 25,6%, em 1999. Por outro lado, os valores ditos *pós-materialistas* tendem a consolidar-se no âmbito da UE e também em Portugal, mas no nosso país estão ainda distantes da média europeia (Delicado 2003).

Acresce que a participação não é a mesma coisa do que a simples filiação.<sup>11</sup> Nas eleições para a Direcção Geral da AAC os níveis de abstenção são extremamente elevados. Ora, se quanto aos níveis de filiação associativa e de participação em actos eleitorais o panorama já é bastante preocupante (apenas 30-35% de votantes), quando se passa para o plano da intervenção activa na vida das associações ou da actividade regular nas estruturas organizadas da sociedade civil o problema ganha ainda mais evidência. E o mesmo que se passa na sociedade mais geral passa-se também na esfera do associativismo estudantil. Refiram-se, por exemplo, os baixíssimos volumes de participação activa dos estudantes quer em reuniões de núcleo (estruturas de curso que funcionam no interior das faculdades), em que apenas cerca de 11% afirmaram participar «muitas vezes» (54,2% nunca participaram), quer em iniciativas como abaixo-assinados e campanhas cívicas (11,2% de participação assídua e 35,4% que nunca participaram). 66,5% dos estudantes nunca foram a uma assembleia magna; 69,8% nunca participaram numa manifestação estudantil; 71,2% jamais aderiram a qualquer outro tipo de manifestação pública.

---

<sup>11</sup> No caso da AAC – que é a maior associação estudantil do país –, os níveis de filiação são elevados porque os estudantes da UC são automaticamente membros da associação no próprio acto da inscrição na universidade.

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra***Quadro 19.2 – Participação em protestos públicos e actividades associativas, comparação entre os estudantes das Repúblicas e os outros (%)\***

Acções em que participou**	Repúblicas	Outros	Total
Assembleia magna	31,0	4,0	4,6
Reuniões de núcleo/curso	15,8	11,3	11,4
Manifestações de âmbito estudantil	39,7	3,7	4,4
Outro tipo de manifestações	26,3	1,8	2,3
Greves	29,8	6,6	7,1
Abaixo-assinados/campanhas cívicas	29,9	10,9	11,3
ONG ou associações culturais e cívicas	13,7	5,1	5,2
Acções de solidariedade	8,6	7,1	7,1
Listas para órgãos estudantis ou outros	5,1	5,8	5,7

\* Os resultados correspondem ao somatório dos níveis de maior regularidade de participação (soma as respostas «sempre» + «muitas vezes», num leque que continha ainda as opções «algumas vezes», «poucas vezes» e «nunca»).

\*\* Perguntava-se com que regularidade tinha participado nessas actividades ao longo do ano transacto.

Comparando os resultados entre os que residem nas Repúblicas e a restante população estudantil (quadro 19.2) verificam-se, uma vez mais, as diferenças entre estes dois universos. Fica claro o maior envolvimento da minoria dos «repúblicos» no plano da participação cívica e associativa, sendo evidente o activismo bem mais elevado deste sector.

Os maiores contrastes notam-se em acções como a participação em assembleias magnas da AAC (31% de «repúblicos» participaram muito contra apenas 4% dos restantes); em manifestações de âmbito estudantil (39,7% contra 3,7%); e outro tipo de manifestações (26,3% contra 1,8%). O único item em que o sector aqui minoritário revela menor actividade do que os seus colegas é o que se refere à participação em listas para os órgãos estudantis (5,1% contra 5,8%). Este último dado pode parecer contraditório, mas pode compreender-se, já que o radicalismo dos estudantes das Repúblicas é perpassado por orientações e subjectividades que se assumem na demarcação face à massa estudantil e no combate à lógica dominante na gestão da associação. A presença de correntes organizadas, como a «Ruptura», conotada com uma facção do Bloco de Esquerda, que mantém ligações ao mundo das Repúblicas, deverá ter aqui alguma influência, designadamente ao promover a participação em iniciativas públicas da AAC (como as manifestações e as assembleias magnas), contribuindo para estimular a acção do sector mais radical num sentido combativo e, por assim dizer, «anti-sistema», o que aparentemente se traduz numa rejeição da lógica eleitoral instituída.

Elísio Estanque

## Atitudes perante a AAC e a luta estudantil

Os resultados do quadro 19.3 referem-se às opiniões dos inquiridos quanto ao funcionamento da estrutura dirigente da AAC. Antes de mais, um dos indicadores mais surpreendentes a este respeito é o que revela uma elevada percentagem de inquiridos (49%) que considera que a Direcção Geral da AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política*. Este é, na verdade, um resultado contundente que exprime o divórcio que atrás já foi assinalado. Diga-se, por outro lado, que as afirmações «positivas» quanto ao papel da AAC obtiveram também valores significativos de adesão, como é o caso da opinião segundo a qual a mesma *é fundamental para a imagem e coesão da UC* (42,4%), ou a afirmação de que a AAC *representa e defende os interesses dos estudantes* (39,8%) ou ainda a convicção de que a Associação *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (33,6%).

Porém, as opiniões de sentido crítico, para além da que já se referiu – «um organismo elitista que promove o acesso à política» –, recolheram níveis de adesão igualmente reveladoras, como acontece com a que nos diz que a AAC *está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes* (34%) ou ainda a que a considera *uma estrutura centralizada e desligada das faculdades* (23,2%). Destes dados sobressai ainda o maior sentido crítico dos «repúblicos» acerca da estrutura dirigente da AAC. Este segmento privilegia claramente as afirmações de sinal «negativo» (numeradas por 2., 3. e 5.), ao contrário dos outros estudantes, que maioritariamente preferem subscrever as afirmações de sinal «positivo» em relação à actividade da associação (numeradas por 1., 4. e 6.). O maior contraste refere-se à opinião de que a AAC *é um organismo elitista que promove o acesso à política* (que é partilhada por 77,6% dos «repúblicos» contra 48,6% dos restantes inquiridos).

Já quando se trata de comparar estas opiniões segundo o sexo, verifica-se que as mulheres são em geral bem mais «simpáticas» que os homens na avaliação que perfilham sobre a AAC, isto é, elas indicam numa maioria clara subscrever as opiniões de sinal mais favorável à associação estudantil.

A diferença mais evidente dirige-se, neste caso, para a avaliação segundo a qual a AAC *é importante para o desenvolvimento do espírito académico* (36,9% Ms contra 27,4% Hs). Um outro aspecto que vale a pena referir diz respeito às opiniões sobre as prioridades que deveriam guiar o programa da AAC. A população estudantil em geral considerou como aspectos mais importantes: o esforço de *maior ligação ao mercado de trabalho* (94,6%), o *apoio à*

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

**Quadro 19.3 – Opinião sobre a DG/AAC, comparações entre os estudantes das Repúblicas e os outros, e segundo o sexo (%)**

Opinião sobre a AAC	Compar. c/Repúblicas		Sexo		Total
	Repúblicas	Outros	Mulheres	Homens	
1. Representa e defende os interesses dos estudantes	19,0	40,2	40,9	37,7	39,8
2. Está um pouco distante dos interesses e dos problemas dos estudantes	41,4	33,8	31,4	38,7	34,0
3. É um organismo elitista que promove o acesso à política	77,6	48,6	45,0	56,3	49,2
4. É importante para o desenvolvimento do espírito académico	10,3	34,1	36,9	27,4	33,6
5. É uma estrutura centralizada e desligada das faculdades	25,9	23,3	20,4	28,4	23,3
6. É fundamental para a imagem e a coesão da UC	20,7	42,9	44,7	38,4	42,4

*investigação científica* (80,8%), as *condições de estudo* (78,9%) e o apoio à acção social, com *mais e melhores bolsas* de estudo (76,6%).

Estes resultados revelam, por um lado, algum sentido pragmático que vai ao encontro do actual cenário de mudanças e dificuldades no acesso ao emprego e, por outro lado, mostra o relativo afastamento das «velhas» bandeiras do movimento estudantil (no período recente), como sejam a luta antipropinas e contra o *numerus clausus*. Também aqui as preocupações do sector das Repúblicas revelaram uma maior ênfase no plano da «luta» do que os seus restantes colegas. Isso fica claro em itens como a luta pelo fim do *numerus clausus* (64,2% Rs contra 28,8% outros), o *combate às propinas* (74,2% Rs, 57,9% outros), a defesa da *paridade nos órgãos de gestão* (69,6% Rs, 50,6% outros), a reivindicação de *mais residências universitárias* (79,3% Rs, 63,8% outros), e a exigência de *mais e melhores bolsas de estudo* (84,5% Rs, 76,4% outros). Estas tendências vão, portanto, de encontro aos maiores índices de participação associativa e cívica já apontados a este sector, bem como às suas opiniões mais críticas acerca do funcionamento das estruturas dirigentes da AAC (Estanque e Bebiano 2007, 166-168).

## Conclusões

Como acabei de mostrar, os resultados do inquérito revelam uma escassa participação dos estudantes nas actividades associativas e também nos actos eleitorais da Associação de Estudantes (AAC). Esta situação é

*Elísio Estanque*

sem dúvida expressão das tendências mais gerais das democracias ocidentais onde se assiste a um crescente divórcio entre a acção política e os cidadãos.

Assim, é necessário atender a que as formas tradicionais de intervenção pública e as modalidades de activismo político que vigoraram ao longo da segunda metade do século XX se encontram em profunda transformação. Por um lado, assistiu-se à emergência de todo um conjunto de novas dinâmicas e formas de mobilidade social e territorial, à intensificação dos fluxos globais de todos os tipos, à presença crescente das novas tecnologias da informação, ao aumento da concentração urbana etc., o que conduziu a mudanças drásticas nos modos de vida em sociedade e a uma maior individualização das relações sociais.

No caso da Universidade de Coimbra, os processos de massificação, o quotidiano da vida estudantil e a crescente feminização alteraram as atmosferas da cidade e os núcleos em que germinaram as sociabilidades alternativas são, hoje, muito escassos. Em primeiro lugar, os estudantes na sua maioria (que são sobretudo oriundos da Região Centro, 70% e do distrito de Coimbra, 35%), ou habitam com os pais na cidade ou visitam as suas famílias semanalmente, saindo muitas vezes à sexta-feira e regressando à segunda-feira. Isto retira logo algum sentido à capacidade de reforço das identidades de grupo e à promoção de actividades de índole cultural e associativa.

Em segundo lugar, o acentuar da evasão regular/semanal para fora da cidade prende-se também com a maior presença de filhos da classe trabalhadora e de raparigas. Ou seja, perante esta composição das origens sociais, dados os constrangimentos financeiros que de se adivinham, tende a existir uma maior pressão da família no sentido da conclusão do curso dos filhos, com a maior brevidade possível, tendo em vista alcançar rapidamente uma posição no mercado de trabalho. Além disso, não só a família e o acesso ao mercado de trabalho são hoje em dia os principais factores de preocupação apontados pelos estudantes, como o sector feminino revela em geral uma maior dedicação à família, recordando que elas estão em número significativo sobretudo entre o segmento dos que são filhos de trabalhadores não qualificados, cerca de 31% (Estanque e Nunes 2003).

Em terceiro lugar, o fenómeno da feminização introduziu uma importante dissonância na cultura estudantil de Coimbra, uma vez que a tradição académica é fortemente masculinizada. Os rituais festivos, os cortejos, as brincadeiras da praxe, as próprias canções associadas ao simbolismo da universidade são todos eles imbuídos de valores patriarcais e



*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

de atitudes onde persiste algum marialvismo. Nuns casos a violência (simbólica ou física) noutros as práticas sexistas, tendem ainda a relegar as raparigas para um estatuto secundário em relação aos rapazes. Por exemplo, não é permitido às mulheres cantarem o fado de Coimbra (não sendo proibido, há no entanto uma resistência da parte dos mais acérrimos defensores da tradição); os dirigentes associativos e os activistas são maioritariamente rapazes; mesmo as jovens que ocupam posições na estrutura dirigente da associação ou nos «núcleos» de curso das faculdades, os pelouros que lhes são atribuídos são os de pendor mais «feminino» (de acordo com o cânone tradicional); na Direcção Geral, as «meninas» (além de serem minoritárias) surgem sempre na segunda ou na terceira fila nas diversas cerimónias oficiais onde a associação está representada. Em contrapartida, e pela mesma ordem de razões, algumas das (poucas) iniciativas de crítica à praxe académica e ao machismo de que a tradição académica está imbuída, foram, nos últimos tempos, dinamizadas por núcleos de mulheres (nomeadamente as Repúblicas femininas como a Rosa Luxemburgo ou as Marias do Loureiro), contribuindo para sensibilizar algumas consciências a este respeito. Tal contestação, porém, não tem tido grande continuidade e ultimamente, apenas em situações muito pontuais, como foi o caso do lançamento de um novo disco de fados de Coimbra cantados por uma mulher (Cristina Cruz, *Coimbra Menina do Meu Olhar*, Aeminium Records, 2006), a problemática das relações de género na UC surge como tema de debate público.

No actual momento, em que a universidade se debate com um processo geral de reestruturação – na sequência do processo de Bolonha – é difícil avançar prognósticos acerca dos impactos da mudança em curso, quer na esfera do ritualismo quer no que respeita às actividades associativas e ao movimento estudantil. As alterações ao regime jurídico do ensino superior já decididas pelo governo, em especial o facto de os estudantes perderem praticamente toda a representatividade que detinham nos órgãos de gestão da universidade e das faculdades, só recentemente deram lugar à readaptação dos estatutos das instituições universitárias (está a aguardar homologação o caso da Universidade de Coimbra), prevendo-se para breve um processo semelhante nas faculdades.

Aparentemente, este novo cenário poderia favorecer o desencadear de novas acções de contestação. Mas o panorama que hoje se vive em Portugal entre o movimento estudantil é marcado pela indiferença. A juventude universitária é pouco politizada e os sectores que o são tendem a fechar-se no seu ciclo restrito e escudam-se num discurso radical e por vezes dogmático – por exemplo, há sinais de que a minoria dos que

*Elísio Estanque*

vivem nas Repúblicas, apesar da sua postura de esquerda, mostram acima de tudo um evidente desprezo pela «massa» dos estudantes – deixando transparecer o seu *ethos* elitista e, portanto, a falta de capacidade ou de vontade para uma efectiva ligação aos problemas do estudante comum.

Por seu lado as estruturas associativas são, como se viu, conotadas pela maioria dos estudantes com o jogo político e com estratégias (inclusive pessoais) tendentes a servir-se do protagonismo que os cargos dirigentes sempre propiciam em benefício próprio. O facto de muitos ex-dirigentes ocuparem actualmente cargos políticos ou profissionais de relevo fornece também um motivo acrescido para que grande parte da juventude universitária olhe com cepticismo para os seus dirigentes ou simplesmente não participe em qualquer actividade associativa, nem mesmo nos actos eleitorais. No actual contexto de mudança no funcionamento do sistema universitário e de recomposição da população estudantil de Coimbra, a construção das sociabilidades estudantis e a sua ligação à cidade alteram-se substancialmente.

A maior proximidade geográfica dos estudantes em relação às suas terras de origem, ao contrário do que poderia esperar-se, não está a facilitar a fixação da população estudantil nem parece contribuir para reforçar a identidade colectiva dos estudantes na relação com o espaço da cidade e menos ainda através do seu contributo activo na dinamização da actividade cultural local (ela própria bastante incipiente, diga-se). Com efeito, a maior facilidade de transportes aliada ao facto de os estudantes serem hoje mais dependentes do apoio financeiro das famílias (muitas delas de classe média/trabalhadora), são factores que favorecem o aumento dos fluxos pendulares de fim-de-semana, levando muitos estudantes a sair à sexta-feira e a regressar à segunda-feira, reduzindo-se assim o tempo de estada na cidade. Assim, as vivências e sociabilidades da juventude estudantil no espaço urbano passaram a ser mais frágeis e voláteis, contribuindo para esbater a sua identificação com a cidade de Coimbra, tornando para eles um lugar de passagem.

Tudo isso somado às condicionantes sociais mais gerais, onde prevalece o individualismo, o desinteresse pelo conhecimento e pela actividade cultural, a indiferença perante a vida pública, pelo associativismo e pelo exercício da cidadania, etc., apresenta-nos um conjunto de factores justificativos da fragilidade do movimento estudantil na Universidade de Coimbra. Por isso, se a universidade e a população estudantil continuam a ser as principais referências da identidade coimbrã, faria sentido que as instituições locais – em especial o poder municipal e as autoridades académicas – prestassem maior atenção e mostrassem mais dinamismo face

*Cultura estudantil, «Repúblicas» e participação cívica na Universidade de Coimbra*

às tendências preocupantes que hoje se desenham neste campo, por forma a procurar invertê-las. Para compreender a realidade actual de Coimbra importa ter presente o significado e o prestígio granjeados no passado, mas importa também, se queremos fazer jus a esse prestígio, evitar que essa tradição seja confundida com uma peça de museu. É inegável a importância fulcral que representa o envolvimento e a fixação dos estudantes (e também os licenciados e pós-graduados) na vida cultural e económica da cidade, bem como o potencial contributo para a dinamização, desenvolvimento e projecção nacional e internacional daquela que (justamente pela importância da sua universidade) se tornou conhecida como a «Lusa Atenas».

## Referências

- Bakhtin, Mikhail. 1999. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. São Paulo e Brasília: EDUNB/ HUCITEC.
- Bebiano, Rui, e M. Manuela Cruzeiro. 2006. *Anos Inquietos: Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra [1961-1974]*. Porto: Afrontamento.
- Cardina, Miguel. 2008. *A Tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Delicado, Ana. 2003. «A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo», In *Valores Sociais: Mudança e Contrastes em Portugal e na Europa*, orgs. Jorge Vala, M. Villaverde Cabral e Alice Ramos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 199-256.
- Drago, Ana. 2004. *Agitar Antes de Ousar: O Movimento Estudantil «Antipropinas»*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, Elísio, e João Arriscado Nunes. 2003. «Dilemas e desafios da Universidade: recomposição social e expectativas dos estudantes na Universidade de Coimbra». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66: 5-44.
- Estanque, Elísio, e Rui Bebiano. 2007. *Do Activismo à Indiferença: Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Fortuna, Carlos, e Paulo Peixoto. 2002. «A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas». In *Projecto e Circunstância: Culturas Urbanas em Portugal*, orgs. Carlos Fortuna e Augusto S. Silva. Porto: Afrontamento.
- Lamy, Alberto Sousa. 1990. *A Academia de Coimbra, 1537-1990*. Lisboa: Rei dos Livros.
- Leccardi, Carmen. 2005. «Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo». *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 17 (2): 35-57.
- Lima, José Lobo D' Ávila. 1906. «Meio século de vida coimbrã». *Ilustração Portuguesa*, 22: 685.
- Manheim, Karl. 1952. *Essays on the Sociology of Knowledge*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Melucci, Albert. 1998. *Nomads of the Present*. Londres: Hutchinson.
- Moulin, Léo. 1994. *A Vida Quotidiana dos Estudantes na Idade Média*. Lisboa: Livros do Brasil.

*Elísio Estanque*

Murger, Henri. 1888. *Scènes de la Bobème*. Londres: Vizetelly & Co. Disponível em: <http://home.swbell.net/worchel/contents.htm>, acedido em 13/08/2008.

Pais, J. Machado *et al.* 2005. «Jovens europeus: retrato da diversidade». *Tempo Social*, 17 (2): 109-140.

PRAXE (2008a), Código URL1: <http://pwp.netcabo.pt/qvidpraxis/praxe.html>, acedido em 1/11/2009.

PRAXE (2008b), Código URL2 : <http://adsl.tvtel.pt/antipodas/txtpraxe.htm#aac>, acedido em 1/11/2009.

Torgal, Luís Reis. 1999. *A Universidade e o Estado Novo*. Coimbra: Minerva.